



## A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO CONTEXTO DA AFIRMAÇÃO DO IMPERIALISMO AMERICANO

Maria do Livramento Miranda Clementino  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil  
clement@ufrnet.br

### Resumo

Trata das relações entre o Brasil e os países aliados durante a 2ª Grande Guerra enfatizando o alcance das negociações econômicas sobre a progressão das relações comerciais do Brasil com os países aliados, em particular do aumento da produção brasileira de produtos têxteis para atender a economia de guerra. Mostra como o Brasil auferiu lucros formidáveis à indústria têxtil, favorecendo a modernização do parque têxtil nacional no pós-guerra. Utiliza uma bibliografia produzida no Brasil nos anos 70 e 80 do século XX, complementada com dados empíricos do governo brasileiro, constantes do antigo Conselho Federal de Comércio Exterior e da Comissão Executiva Têxtil. Constata que trajetória de crescimento da indústria têxtil no pós-guerra foi interrompida com a crise dos anos setenta quando as chamadas “indústrias tradicionais” entram em crise no Brasil, acompanhando não só a desaceleração global da economia, mas, também, a quebra do nível médio do salário real urbano.

**Palavras chave:** Indústria Têxtil, 2ª Grande Guerra, crescimento da indústria têxtil brasileira

### Abstract

These relations between Brazil and the allied countries during the 2nd World War by emphasizing the extent of the economic negotiations on the progression of trade relations between Brazil and the allied countries, in particular the increase in Brazilian production of textile products to meet the war economy. Shows like Brazil earned tremendous profits to the textile industry, promoting the modernization of the national textile after the war. Uses a bibliography produced in Brazil in the 70s and 80s of the twentieth century, supplemented with empirical data from the Brazilian government contained in the old Conselho Federal de Comércio Exterior and Comissão Executiva Têxtil. Notes that a growing trend in the textile industry in the postwar period was interrupted by the crisis of the seventies when the so-called "traditional industries" come into crisis in Brazil, following not only the slowing global economy, but also in the fall of the level average real wage city.

**Key words:** Textile industry, 2nd World War, Profits to the textile industry

## Resumen

El presente artículo trata de las relaciones entre Brasil y países que formaron el bloc aliado en la segunda guerra mundial, dando énfasis al alcance de la relación comercial entre Brasil y tales países. En particular, el artículo analiza la producción de la industria textil brasileña, necesaria para atender la economía de guerra de los países involucrados en el conflicto. A través de datos y estadísticas oficiales del extinto Consejo Federal de Comercio Exterior y de la Comisión Ejecutiva Textil, se muestran los elevados intereses de la industria textil brasileña, lo que tuvo como consecuencia la modernización de su parque industrial en el periodo post segunda guerra. Se utiliza la bibliografía producida en Brasil durante las décadas de los setenta y los ochenta así como los datos oficiales. La trayectoria de crecimiento de la industria textil del periodo post guerra fue interrumpida en los setenta, cuando las industrias dicha tradicionales tienen entran en la crisis. Los motivos de la crisis de la industria textil en Brasil fueron la desaceleración global de la economía y la disminución del nivel medio de los salarios urbanos en el país.

**Palabras claves:** Industria textil, Segunda Guerra Mundial, Crecimiento de la industria textil.

## Introdução

A 2ª Grande Guerra, conflito armado iniciado na Europa em 1939, atingiu escala global, durando até 1945. Continuava basicamente o de 1914-1918, como disputa imperialista pela hegemonia mundial. Naquele momento a inserção do Brasil na acumulação capitalista era restritiva e a participação no “grande bolo” se ainda hoje se evidencia apenas como uma situação “emergente”, fugia às suas possibilidades econômicas e militares. A defesa da democracia, empreendida pelos países aliados, não interessava à burguesia brasileira apesar dos compromissos do país com o imperialismo norte-americano. As negociações brasileiro-americanas durante a 2ª Grande Guerra apresentam várias dificuldades, agravadas pelo fato de que objetos da negociação são múltiplos: fornecimentos de equipamentos militares, projetos de defesa do continente americano e plano de cooperação econômica em escala ampla (onde se inclui a questão da siderurgia).

O trabalho não tem a pretensão de fazer uma análise exaustiva de todas essas relações. Dará ênfase ao alcance das negociações sobre as questões da cooperação econômica tratando da formidável progressão das relações comerciais do Brasil com os países aliados, em particular do aumento da produção brasileira de produtos têxteis para atender a economia de guerra para mostrar como a economia de guerra propiciou lucros formidáveis à indústria têxtil, de modo a desencadear no imediato pós-guerra a modernização do parque têxtil nacional. A deflagração da 2ª Guerra Mundial em setembro de 1939 tornou ociosa a controvérsia inter-regional sobre a superprodução e o consumo de produtos têxteis, pois tudo que não se conseguiu vender aos preços vigentes no mercado interno a guerra consumiu.

O artigo tem o objetivo de estudar o desempenho da indústria têxtil brasileira - a mais desenvolvida na época durante e após - a 2ª Guerra e verificar quais as transformações de sua estrutura produtiva na medida que com os vultosos lucros do período bélico se empenha numa “cruzada” na competição com o produto estrangeiro no mercado nacional e internacional no imediato pós-guerra.

Na tentativa de obedecer as marchas e contramarchas da evolução da indústria têxtil no Brasil dividiremos o trabalho em quatro momentos: o das origens ( 1886-1929), com breve introdução sobre o surgimento da indústria têxtil no Brasil com destaque para o 1º Conflito Mundial e para a Crise de 1929; o das saídas, propostas e objetivadas, pelos industriais e pelo Estado para a crise de sobreinversão (1931-1937), ressaltando-se a restrição à importação de máquinas; a 2ª Grande Guerra (1939-1945) quando o mercado fica suficiente para todos e os lucros são enormes; e, o imediato pós-guerra( até os anos 60) quando a modernização do setor se torna uma exigência em face a recuperação dos produtores estrangeiros de têxteis e a expansão da produção no mercado internacional graças as inovações tecnológicas do pós-guerra.

A proposta é estabelecer um diálogo com uma bibliografia sobre o tema produzida no Brasil nos anos 70 e 80 do século XX que trata dos pressupostos da industrialização brasileira e das origens e evolução da indústria têxtil no Brasil; tendo a mesma sido complementada com dados empíricos constantes em processos do antigo Conselho Federal de Comércio Exterior do Brasil e da CETEX ( Comissão Executiva Textil ) para as informações sobre o movimento de comércio de produtos têxteis do Brasil no exterior durante a 2ª Grande Guerra.

## **Das origens à crise de 1929**

As primeiras fábricas têxteis surgidas no Brasil nas décadas iniciais do século XIX, eram estabelecimentos de pequeno porte e tiveram, em geral, vida efêmera. A produção de tecidos data dos primeiros anos da colonização, o algodão já era conhecido e utilizado pelos indígenas, continuou a ser cultivado pelos portugueses em certas capitanias, dando origem a uma produção têxtil doméstica de alguma importância.

Não se pode, entretanto, exagerar a importância do setor manufatureiro no Brasil até a primeira metade do século XIX. Não obstante, houve várias tentativas de implantação de fábricas têxteis, duas das quais a de Santo Aleixo, no Rio de Janeiro e a de Todos os Santos, na Bahia, deram aspecto fabril a manufatura têxtil ( Stein, 1974, p 38). Em 1866 “as nove fábricas têxteis de algodão do país possuíam 13.977fusos e produziam aproximadamente 4 milhões de metros de tecidos. Entre 1866 e 1885, a indústria têxtil expandiu-se rapidamente; no final desse período, 42 fábricas e 66 466 fusos produziam mais de 20 milhões de metros. O Número de teares aumentou em cinco vezes e o número de operários subiu de 795 para 3.172”. (Stein, 1974, p 35) Quanto a concentração industrial, apesar da produção têxtil estar concentrada no Rio de Janeiro e na Bahia, São Paulo já contava com nove fábricas têxteis ( Stein, 1974, p 36).

Devido ao aumento da produção e exportação do café nas últimas décadas do Sec. XIX, numa época em que os preços desse produto eram favoráveis ao mercado internacional, teve início um processo de acumulação de capital por parte dos fazendeiros em direção ao Oeste paulista o que impediu a separação rigorosa, antes existente no “além Paraíba”, das fases produtiva e comercial da economia cafeeira. Apesar da presença constante do capital estrangeiro a burguesia do “complexo cafeeiro” paulista conseguiu investir em estradas de ferro, na comercialização feita nos portos, nas primeiras fábricas, em companhias de seguros e bancos.

Nesse sentido, a tentativa de uma indústria nacional (têxtil) estava intimamente imbricada ao processo de gestação,acumulação, e diversificação da economia cafeeira, muito embora saibamos que os fazendeiros não eram os únicos a investir em indústrias. Comerciantes,

banqueiros imigrantes, importadores também fundaram empresas industriais. Importante é ressaltar que o capital gestado pelo café não estava polarizado na atividade produtora das fazendas e sim diversificado .

Os primeiros anos da década de noventa foram de acentuada expansão da indústria têxtil algodoeira. Foram fundadas muitas fábricas. Só em São Paulo representavam 19% das novas empresas o que correspondia 70,8% da totalidade do capital investido em indústrias. (Cano, 1981, p. 153). Os fabricantes de tecidos de algodão encomendaram novas máquinas no exterior, expandiram sua produção e sua capacidade produtiva. Entre 1905 e 1910 os tecidos de algodão representavam 20% da produção industrial paulista. O período 1907-1913 e não o da 1ª Guerra Mundial é considerado excelente tanto para o aumento da produção quanto para o aumento da capacidade produtiva da indústria.<sup>1</sup>

A crise econômica mundial de 1913 e o início da guerra em 1914 provocaram uma desaceleração do investimento . O setor foi afetado de duas maneiras: 1º) porque foi reduzida a importação de matérias primas, combustíveis e bens de capital; e, 2º) porque houve maior utilização da capacidade instalada nos setores têxteis, açúcar e carnes frigorificadas. Considerando que as importações foram reduzidas no período da guerra, o mercado interno ficou à disposição dos empresários nacionais tanto na importação de bens de capital para a indústria, no consumo de cimento e aço, assim como grandes reduções na importação de combustíveis e matérias primas (Villela e Suzigan, 1975, p.423).

O que parece ter havido foi um impacto positivo no aumento da demanda interna e externa de produtos industriais ou semi-industriais. A partir de 1917 e até 1923 a indústria têxtil brasileira exporta manufaturados para a África do Sul e Argentina. Quanto ao mercado interno, com a crise de 1913, muitas fábricas foram fechadas ou reduziram horas trabalhadas. Como a Guerra o quadro foi mudado pois oportunizou à indústria têxtil crédito fácil e monopólio no mercado interno. Tinha pois, toda as condições de atender a demanda do período 1914-1918. Restava duas alternativas: abrir mercados externos ou concentrar-se na produção de tecidos de qualidade superior até então importado pelo Brasil. Como a produção brasileira era cara para concorrer no mercado internacional, a opção foi a produção de tecidos finos.

Terminada a Primeira Guerra Mundial, a capacidade produtiva continua a crescer de forma moderada e a produção fica oscilando e mantendo o mesmo padrão do período de Guerra. Stein, considera o período 1920-1925 como de prosperidade para a indústria têxtil (Stein, 1974, Apêndice II). É tanto, que a partir de 1920, só a indústria paulista “apresentava dinâmica de crescimento muito á frente de sua dinâmica específica” dado o ritmo de acumulação verificado no período 1907-1913 (Cano, 1981, p.193). É nesse sentido que a década de 20 constitui um período de transição para uma formação industrial de bases mais complexas no Brasil.

Em 1926, surgem os primeiros indícios da crise que culminou com a grande depressão de 1929, sobretudo o declínio dos preços das mercadorias causada pela superprodução. Stein, coloca que “enquanto o mercado interno para os produtos têxteis do algodão não desabou, os fabricantes brasileiros continuaram expandindo sua capacidade produtiva e a produção” (Stein, 1974, p.123). As dificuldades só começaram em 1928 com o aumento da capacidade ociosa. Em 1929, com o desequilíbrio dos países centrais, a crise chegou ao Brasil na mesma intensidade tanto no setor exportador como para o setor industrial.

## As saídas para a crise de sobreinversão

A década de 20 não traria somente como legado crises de exportação e de sobreinversão. Trouxe ,principalmente, mudanças decisivas que fizeram com que o período 1929-1933 representasse o marco histórico em que se altera o caráter principal do antigo padrão de acumulação da economia brasileira. No Brasil, as características da dinâmica da industrialização entre 1930-1961 implicam na delimitação de duas fases específicas. Na primeira, entre 1933 e 1955 “ há industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação em que se reduzem, conjuntamente a força de trabalho e a parte crescente do capital constante industriais: mas, a industrialização de encontra *restringida* porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implantem, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria a capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial” Na segunda fase, a da *indústria pesada*, representará o verdadeiro salto. O surgimento de um bloco de investimentos altamente complementares e concentrados no tempo em que a capacidade produtiva se amplia muito além da demanda pré existente. ( Melo, 1982,p.113).

Essas mudanças se fizeram sentir também no setor têxtil nas duas fases, uma vez que era a principal indústria de bens de consumo assalariado pois tinha um mercado interno crescente, capacidade produtiva à ser utilizada e proteção do Estado .

No final dos anos 30 as saídas da crise envolveram uma discussão mais ampla, pois, as medidas propostas para a saída da crise de superprodução do final dos anos 30 envolveram também uma discussão de caráter espacial, regional. As Associações Têxteis do Rio e São Paulo tentaram junto ao governo manter a restrição á importação de máquinas, “um quase privilégio industrial”( Stein, 1974, p.152) ; mas, a Lei terminou sendo revogada em 1937 pois só beneficiava os grandes grupos produtores de fios e tecidos do Rio e São Paulo.

Em 1939, ainda em nome da crise de sobreinversão, foram sugeridas pelos grandes grupos paulistas novas medidas: redução da jornada de trabalho, instituição da semana de 40 horas, incentivos governamentais financeiros à importação de tecidos e “reiteradas sugestões para a elaboração de cuidadosos estudos de salário e o possível estabelecimento de uma escala mínima a nível racional” (ou seja, a instituição do salário mínimo) de modo a aumentar o poder aquisitivo da população (Stein, 1974, p.161). Estas saídas não agradaram aos fabricantes do Nordeste brasileiro para quem a redução da jornada de trabalho era vista como “um plano nefasto das Associações do Sudeste que queriam arruinar as fábricas do Nordeste” ( Albuquerque, 1982,p.136), visto que no Nordeste a “saída” estava ao contrário ligada ao aumento das horas de trabalho realizadas por trabalhadores “sem esperança” segundo os empresários do Sudeste.Ficava pois patente os motivos da divergência: o fato do Nordeste dispor de uma base técnica nitidamente inferior.

Antes de discutirmos a questão da base técnica da Indústria Têxtil veremos como a 2ª Grande Guerra modificou por um período as polêmicas entre o Sudeste e o Nordeste do Brasil.

## A 2ª Guerra Mundial e o pique de exportação

A deflagração da 2ª Grande Guerra em setembro de 1939 tornou ociosa a controvérsia sobre superpopulação e consumo, pois tudo o que não se conseguia vender aos preços vigentes no

mercado interno a guerra consumiu. As repercussões do conflito mundial foram altamente favoráveis para a indústria têxtil brasileira. Os empresários têxteis foram surpreendidos com a oportunidade de abastecer a América latina, a Europa e o Oriente Próximo. Em 1944 o Boletim do Conselho federal de Comércio Exterior informava: “ a partir de 1939... quando nossos embarques de tecidos para os mercados externos não excederam os 29 milhões e 387 mil cruzeiros, a Argentina manteve-se na vanguarda dos nossos clientes externos de manufaturados têxteis....Numerosos foram os países sul americanos por nós abastecidos... além da Argentina, o Uruguai, o Chile, o Paraguai e a Venezuela. Fora do nosso continente ... a União Sul Africana e a Irlanda” (Boletim CFCE, 1945, p 136). Ainda em 1944, o Brasil passou a abastecer a UNRRA ( United Nations Relief and Rehabilitation Administrations) e o Conseil François d’Approvisionnement com uma cota de até quinhentos milhões de fardos como *contribuição* ( grifo nosso) “ para a regularização do mercado mundial” (Boletim CFCE, 1945, p 136).

A exportação brasileira de tecidos atravessou os anos de guerra em ascendência passando de 182 toneladas em 1939 para 24 246 em 1945 . (CFCE, 1945, p.212). Tudo indica que nesse período o mercado deu para todos. Na distribuição de tecidos para a UNRRA e CFA a participação do Nordeste era de 29,% e a de São Paulo 33% (CFCE, 1945, p.220). Os produtos seriam entregues para a UNRRA e a África Francesa “ numa base de sacrifício, consoante o critério americano de “ceiling–price”. Como compensação, entretanto, contará o Brasil com uma cota de exportação de 350 milhões de metros de tecidos para o mercado livre, a preço capaz de trazer ampla distribuição para a indústria nacional (Stein, 1974, p.169).

Como diz Bandeira, “os objetivos da guerra ultrapassavam, portanto, as aspirações das classes dominantes no Brasil” (Bandeira,1973,p.275).Naquele momento a inserção do país na acumulação capitalista era restrita e a participação no grande bolo se ainda não passa de um sonho vão, fugia as suas possibilidades econômicas e militares. A defesa da democracia, empreendida pelos países aliados não interessava à burguesia brasileira e o ‘Estado Novo’ como a forma possível de expansão do capitalismo... aparentava-se mais com o Terceiro Reich, no modo e nos métodos de construção da classe operária, apesar de seus compromissos com o imperialismo americano”. Isto porque o então presidente Getúlio Vargas mostrava simpatia pela doutrina nazi-facista, tanto na prática como por meio de pronunciamentos, comprovada pelo célebre discurso do Presidente de 11 de junho de 1941( Seitenfus, 1985, p.294-336).

Ainda que a americanização do Brasil fosse do século XIX, as negociações brasileiro-americanas durante a 2ª Grande Guerra apresentavam várias dificuldades, agravadas pelo fato de que os objetos das negociações eram múltiplos: fornecimentos de equipamentos militares, plano de cooperação econômica, em escala ampla e projetos de defesa do continente americano. As conversações bilaterais Brasil-EUA tiveram lugar logo após o início das hostilidades na Europa. Desde 1934, os Estados Unidos expandiram seus contatos (militares) com o Brasil.A conferência de Lima e os Acordos de Washington (1939) aprofundaram ainda mais o comprometimento do Brasil com o imperialismo norte-americano para a eventualidade de uma guerra.A partir da entrada dos EUA na guerra, o perigo mais iminente vinha dos próprios americanos. Bandeira, defende que os EUA ameaçavam invadir o Norte e o Nordeste do país, “ caso as autoridades do Estado novo não lhes permitissem o estabelecimento de bases aéreas e navais naquelas regiões” (Bandeira, 1973, p.289). O governo dos EUA não consumou o atentado e tudo indica que Roosevelt procurou contornar a situação. Interessa ,aqui, reter que, com o desenrolar da Guerra o governo Vargas se viu forçado, no final de

1941, a uma definição e terminou por ceder o território brasileiro para as operações bélicas dos EUA.

Como se depreende, “forças superiores” levaram o país a posicionar-se ao lado dos aliados. De nada valeram as pressões do Eixo, nem a explícita e contundente simpatia de Vargas pelo ideário nazista. Política e economicamente, não havia outro caminho para o Brasil senão o de concordar com os Estados Unidos. O comércio com a Europa estava bloqueado pela presença dos submarinos e navios de guerra no Atlântico Sul. Enfim, a proposta alemã, em seu conjunto, não era suficientemente forte para substituir a ajuda norte-americana. Assim, o Brasil passa “do sonho alemão à realidade americana” (Seitenfus,1985, p.232).

As conversações bilaterais Brasil-EUA tiveram lugar logo após o início das hostilidades na Europa. Como não temos aqui o objetivo de apreender o total alcance das relações entre Washington e Rio de Janeiro, registramos ,sinteticamente, o entendimento de Seitenfus, á título de análise global das relações brasileiro americanas: a) fornecimentos militares; b) projeto de defesa continental; e, c) cooperação econômica, onde se inclui o “Convênio Têxtil” com a UNRRA e a CFA. ” ( Seitenfus,1985, p.232).

Após a esfriada do mercado, em 1947, finda a Guerra, terminou o Convênio Têxtil e as exportações não estavam mais proibidas. Entretanto, os preços dos produtos têxteis brasileiros, após a economia de guerra, não tinham mais condições de competir no mercado internacional, já que em termos tecnológicos a indústria têxtil brasileira estava defasada pelo menos 30 anos em relação aos EUA e os países industrializados da Europa. Começava, pois, a ficar patente a necessidade de modernização do parque têxtil de modo que a industria têxtil nacional pudesse continuar a competir no exterior e atender também a crescente demanda interna, pois a mesma havia sido resguardada durante o Convênio Têxtil: “ só serão exportados os tecidos que representem de fato o excedente sobre as necessidades do abastecimento interno... não havendo a longínqua iniciativa capaz de por em cheque a normalidade dos suprimentos de tecidos de algodão no mercado nacional” ( CFCE,1945,Ref. 509-45).

## **A modernização do Pós-Guerra**

No pós-guerra, a recuperação dos produtores estrangeiros de têxteis e a expansão de sua produção, graças as inovações tecnológicas<sup>2</sup> atestam o obsoleto do equipamento têxtil brasileiro, na medida em que os preços dos manufaturados nacionais não tinham condições de competir no mercado internacional. Ao que tudo indica, a Industria Têxtil brasileira apresentava uma elevada diferença de níveis de custos de produção devido a idade das máquinas e ao caráter intensivo da mão de obra no processo de produção que tenderia a aumentar os custos de produção quando do aumento do grau de utilização do equipamento.

Em princípio, depois do boom- como o da 2ª Grande Guerra- seria possível empreender a modernização o parque têxtil brasileiro graças aos lucros acumulados. Agora, seria a vez de reinvesti-los. Num primeiro momento houve a distribuição dos lucros “em dinheiro, dividendos e bônus aos diretores das indústrias”. Depois, a inflação agiu um pouco sobre eles. Finalmente não havia qualquer controle dos custos de produção, nem qualquer preocupação com uma administração mais racional, um controle de custos, por exemplo. O fato é que os empresários não tinham reservas para investir na necessária renovação do pós-guerra.(Albuquerque, 1982,p.141).

È certo que a guerra ajudou a aumentar a produção têxtil de todas as empresas, mas ao mesmo tempo impediu mudanças radicais na composição técnica. No que tange ao Nordeste, a indústria têxtil lá localizada acompanhou o sentido geral do setor mas não sofre nenhuma mudança em suas bases produtivas. As oscilações da produção têxtil continuaram, pois, sendo oscilações provocadas por situações climáticas ou oriundas do aproveitadamente de oportunidades momentâneas, devido as crises externas. Fica então a questão: como renovar e modernizar? O Sudeste tinha recursos próprios e contava com ajuda governamental; e, logo modernizou-se. E o Nordeste? Para o Nordeste esta era questão era mais séria, considerando suas bases produtivas mais defasadas. Não era a toa, portanto, que o cerne da contenda entre os empresários do Sudeste e do Nordeste estava ligada a ideia de “não modernização do Nordeste pelo empresários do Sudeste e de aumento da jornada de trabalho e do número de horas trabalhadas pelos fabricantes nordestinos, o que feria os interesses do Sudeste. Como então, as fábricas nordestinas conseguiriam concorrer com as fábricas paulistas, se era nítido que suas bases produtivas eram inferiores?

Autores como Stein e Albuquerque defendem a ideia de que isto era possível dado o fato de os irmãos Lundgren ( líderes do ramo no Nordeste) eram também donos de uma cadeia comercial conhecida como Casas Pernambucanas. A menor produtividade por operário que suas fábricas em Paulista (Pe) e Rio Tinto (Pb) apresentavam era amplamente compensada pelos lucros comerciais, conseguidos a partir de “salários sem esperança de uma produção ‘inferior’ mas de consumo garantido e da desmoralização de preços de venda de produtos melhores, comprados em grande escala na própria praça do Rio... A combinação eficiente das fábricas têxteis e de suas lojas ‘retalhistas’ permitiram-lhes vender todas as mercadorias” (Albuquerque, 1982, pgs. 161-162). Lembramos que a indústria têxtil nordestina não era sinônimo dos Lundgren, isto sem querer minimizar a importância desse grupo que detinha o controle de 3 grandes fábricas na região.

Entretanto, explicar o atraso tecnológico regional e suas formas de sobrevivência pelo exemplo comercial dos Lundgren nos parece insatisfatório por não atacar diretamente o cerne da questão. Acharmos mais coerente a afirmativa de Cano (2007) de que a indústria têxtil estava organizada em condições de “imperfeita competição” e que a crise de sobreinversão dos anos vinte ou a partir dela acelerou a competição regional.<sup>3</sup> Além disso, a própria matéria prima utilizada na produção de tecidos- o fio de algodão- constituía um limite, já que dificultava o desenvolvimento da velocidade das máquinas<sup>4</sup>. O aparecimento das fibras sintéticas no final da década de 50 proporcionou as condições para se resolver o impasse que envolvia a produção têxtil, pois até então os aperfeiçoamentos das máquinas se davam mais visando o aumento da produtividade do trabalho; com o uso da fibra sintética, artificial, foi possível elevar a produtividade da máquina,. Assim, foi o desenvolvimento tecnológico da indústria química que permitiu a indústria têxtil resolver seu impasse, porque a fibra sintética é mais resistente estimulando a inovação tecnológica na indústria têxtil.

Com o aparecimento do sintético e adequação dessa fibra à indústria do vestuário, desbancava-se parcialmente a fibra de algodão acelerando-se pelo uso do sintético, a simplificação do processo de produção de fios e se automatizavam as operações para transforma-los em tecidos. Entretanto, a evolução das melhorias tecnológicas na indústria têxtil continuavam favorecendo a coexistência de várias idades de equipamentos que incorporam, agora, mais acentuadamente, níveis técnicos sucessivos. Isto é, através de crescentes custos de capital por unidade de produto, favoreceu-se a manutenção de um inventário de máquinas velhas, especialmente onde os salários baixos tornam as poupanças nos custos de trabalho relativamente menos importantes, com implicações evidentes para a



estrutura do mercado já que nem todas as firmas tiveram condições de arcar vantajosamente com os elevados custos iniciais de investimento” Este é o exemplo do caso Nordestino.

A trajetória de crescimento da indústria têxtil entre 1947 e 1962 foi interrompida com a crise econômica brasileira da década de sessenta. “A partir de 1962 e até 1967 as chamadas ‘indústrias tradicionais’ entram em crise profunda, acompanhando não só a desaceleração global da economia, como particularmente a quebra do nível médio do salário real urbano....Estas indústrias que são evidentemente mais competitivas que as dos setores de bens de consumo durável e de bens de produção apresentaram... uma marcada tendência à queda de seus preços relativos... que se agravou com quedas bruscas nas margens de lucro... até o fim da década de sessenta. A queda das margens de lucro é acompanhada de um aumento das margens de capacidade ociosa... Em alguns ramos da indústria têxtil e do vestuário e também de alimentos, certas grandes empresas nacionais e estrangeiras procedem uma maior integração vertical.” (Tavares, 1985, Cap III). Já no plano do progresso técnico é justamente no período posterior à década de 50 que os ciclos de renovação tecnológicos do setor começam a se aproximar rapidamente das transformações ocorridas nos países industrializados.

## A introdução do sintético

As modificações ocorridas na idade dos equipamentos têxteis no Brasil foram sensíveis na década de sessenta. Como pode ser observado no Quadro 01 o processo de modernização não se manifesta apenas através da redução da idade das máquinas, mas também, pela diminuição do número absoluto de máquinas.

A inovação tecnológica trouxe consigo algumas transformações relevantes: além de ter requerido investimentos nas etapas de fiação e tecelagem a fim de capacitar as empresas na produção de tecidos sintéticos, introduziu novas relações interindustriais na economia, ligando o setor têxtil às indústrias química e petroquímica. A introdução das fibras sintéticas levou a que em termos relativos houvesse uma redução crescente do consumo dos fios de algodão e, particularmente, das fibras de melhor qualidade, como é o caso do algodão de fibra longa produzido largamente no Nordeste, á época.<sup>5</sup> Este fato certamente trouxe sérios problemas á colocação do algodão nordestino no mercado nacional, desde que sua sustentação estava justamente pautada na qualidade da fibra longa até então indispensável ao bom funcionamento do processo produtivo têxtil.

**Quadro 1.**  
**Idade média dos equipamentos têxteis brasileiros**

Idade	Equipamentos				
	1960		1970		
	Fusos	Teares	Fusos	Teares	
				Mecânicos	Automáticos
Menos de 10 anos	26,3	18,4	34,0	6,0	66,0
De 10 a 20 anos			38,0	62,0	24,0
De 10 a 30 anos	36,2	41,0			
Mais de 20 anos			28,0	32,0	10,0
Mais de 30 anos	37,5	40,6			

Fontes: 1960 – CEPAL, a Indústria Têxtil no Brasil, 1982. 1970 – UNIDO, Reorientação da Indústria Têxtil no Brasil, 1972, Citado por Araújo Jr e Pereira, p.22

Como a descontinuidade entre as principais etapas da produção é uma das históricas características do processo produtivo têxtil, as empresas podem operar com diversos perfis tecnológicos e custos médios de produção mais ou menos próximos. Significando que a minimização dos custos globais de produção não tem no progresso técnico a sua principal alavanca.

As formas de competição do setor podem ser estudadas a partir da ideia de “oligopólio competitivo”<sup>6</sup>. O caráter de descontinuidade do processo de produção e a estrutura da concorrência oligopolista constituem os principais elementos neutralizadores do efeito do progresso técnico.

Fica claro para nós que a modernização do setor têxtil não afetou diretamente os grandes grupos econômicos. Ou seja, era possível que uma grande empresa continuasse competindo com as empresas modernizadas desde que adotasse outras “estratégias” no plano do mercado. Entretanto, para as pequenas e médias, a adoção das novas técnicas era questão de sobrevivência. A quebraadeira foi generalizada. Se atentarmos para a dimensão regional do processo de mudança tecnológica observa-se a continuidade do crescimento desigual da indústria em termos regionais. Enquanto para a grande empresa de São Paulo não era vital a adoção de uma inovação como o tear sem lançadeira para manter estável sua posição no mercado, a adoção de novas técnicas, levou, por exemplo, o parque têxtil de Santa Catarina (sul do Brasil) a especializar-se em linhas de produtos de alto valor unitário levando-lhe à uma extraordinária expansão. O parque têxtil nordestino, ao contrário, teve vários de seus estabelecimentos fechados e a participação da região na produção têxtil nacional caiu de 7% em 1959 para 5,2% (BNB/SUDENE, 1976, p.45).

## **Conclusão**

Ao estudar o desempenho da indústria têxtil brasileira- a mais desenvolvida na época durante e após -a 2ª Guerra Mundial verificamos não somente as transformações de sua estrutura produtiva na medida que com os vultosos lucros do período bélico a colocaram na competição com o produto estrangeiro no mercado nacional e internacional no imediato pós-guerra. Observamos, também, o alcance das negociações sobre as questões da cooperação econômica entre Brasil e Estados Unidos durante a Guerra, quando notamos a formidável progressão das relações comerciais do Brasil com os países aliados, em particular do aumento da produção brasileira de produtos têxteis para atender a economia de guerra para mostrar como a economia de guerra propiciou lucros formidáveis à indústria têxtil, de modo a desencadear no imediato pós-guerra a modernização do parque têxtil nacional.

Mostramos, ainda, como a deflagração da 2ª Guerra Mundial em setembro de 1939 tornou ociosa a controvérsia inter-regional sobre a superprodução e o consumo de produtos têxteis no campo industrial, pois tudo que não se conseguiu vender aos preços vigentes no mercado interno a guerra consumiu. Observamos, por fim, que no imediato pós-guerra (até os anos 60) a modernização do setor se torna uma exigência econômica em face da recuperação dos produtores estrangeiros de têxteis e da expansão da produção no mercado internacional graças as inovações tecnológicas do pós-guerra. A sobrevivência da indústria têxtil brasileira dependia de sua modernização. E que do ponto de vista de sua distribuição espacial, regional, ela era muito desigual, tecnologicamente, sendo o Nordeste brasileiro menos competitivo do que o Sudeste.

Para concluir, gostaríamos de registrar que a moderna indústria têxtil nacional se fez presente no Nordeste nos anos 70. Ao desconcentrar-se, espacialmente, aproveitou um capital barato e antecipou sua ida para a região, pois o “o começo da crise coincidiria com o início do funcionamento do sistema de incentivos fiscais para o desenvolvimento do Nordeste, subsidiando fortemente as inversões privadas que para lá foram canalizadas... assim, parte do excedente privado gerado no polo (Sudeste) que não tinha condições de ser convertido em novo capital produtivo no polo, graças ao sistema de incentivos fiscais pode vazar em direção às regiões incentivadas, facilitando dessa maneira, a transição para a forma mais avançada de dominação do mercado nacional: aquela que se manifesta via acumulação de capital” (Cano, 1995, Cap V).

As modernas inversões de propriedade do capital sediada no Sudeste, realizadas no Nordeste, destrói, alguns dos melhores empreendimentos similares locais, como é o caso do encerramento de algumas grandes e antigas fábricas têxteis do nordeste. Instalou-se, portanto, no Nordeste nos anos 70 uma nova indústria; e essa era resultado do aprofundamento do capital industrial no mercado nacional de mercadorias e do processo de acumulação de capital à escala nacional que completa o seu circuito na década de 1970. Dessa maneira, fica bastante claro “o caráter ou a motivação que fez com que se utilizassem os incentivos concedidos; a industrialização perde seu caráter originalmente proposto, como elemento de estratégia mais ampla e integrada do desenvolvimento regional, passando o Nordeste a funcionar como área de expansão, sobretudo da inversão de grandes empresas, numa conjuntura nacional de busca de novas formas de realização da acumulação de capital” (Moreira, 1979, p 84).

## Notas

---

<sup>1</sup> A análise da evolução da indústria têxtil brasileira no início do século XX é objeto de discussão da literatura econômica brasileira. Uma opinião com a qual não concordamos e bastante generalizada (Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Nícia Vilella Luz) é a de que durante a 1ª Guerra Mundial ocorreu o “primeiro surto industrial” no Brasil. Tal periodização é, refutada por trabalhos de valiosas contribuições como os de Wilson Cano, Warren Dean e Villela e Suzigan.

<sup>2</sup> As pesquisas do pós-guerra concentravam-se mais na automação da máquina de desenho clássico e que visavam reduzir o volume de mão de obra no processo produtivo. Lembramos que historicamente a indústria têxtil é eminentemente absorvedora de mão de obra. A te então, o tear automático inventado em 1840 e aperfeiçoado em 1900 vem sendo crescentemente modificado mantendo porém a sua forma de desenho e funcionamento.

<sup>3</sup> A ideia de “imperfeita competição” relacionada ao fato de que o processo de produção da indústria têxtil é descontínuo nos leva a crer que do ponto de vista econômico a descontinuidade do processo justifica a lenta modernização. As próprias inovações tecnológicas têm sido até hoje afetadas por essa particularidade do processo produtivo, caracterizando-se mais por modificações mecânicas sobre as mesmas bases técnicas do que por mudanças revolucionárias no processo produtivo, permitidas somente, mais tarde, após o avanço da automação e da informática.

<sup>4</sup> Se acordo com a tecnologia da época, sendo o fio de algodão constituído por estiramento e torção de fibras curtas ele é mais frágil e mais suscetível às tensões de enrolamento da espula, do movimento do urdume e da lançadeira na cola e do próprio tamanho da lançadeira. Isto dificultava o desenvolvimento da velocidade das máquinas.

<sup>5</sup> A fazer referência sobre o consumo de fibras de algodão, qual seja a distinção entre fibras longas e curtas. Esta última, que representava a quase totalidade da produção nacional, enquadra-se perfeitamente na associação com fibras sintéticas, até para a produção de tecidos finos. Quanto a fibra longa, a situação é bastante diversa, já que sua produção era restrita a algumas áreas do Nordeste brasileiro, que não apresentava “vocações alternativas”. A participação da fibra longa no mercado nacional representava menos de 1/5 do total, já que era mais utilizado para a produção de tecidos finos e linhas de coser. (Araújo Jr. e Pereira, p.13-14.)

<sup>6</sup> Este conceito toma como relevantes as seguintes características do funcionamento da indústria têxtil: as possibilidades gerais de crescimento do setor são dadas fora dele pela taxa de crescimento da economia, do

---

emprego e dos salários urbanos dada a elasticidade –renda do consumo. Daí a concorrência através de produtos diferenciados com poder de alterar as margens de lucro no interior da indústria, embora não haja expansão global do setor. De outro lado, inexistem praticamente barreiras à entrada de novos competidores. Dessa maneira as empresas veem-se obrigadas a combinar os mais variados instrumentos de competição. Naqueles anos, os instrumentos mais utilizados eram modernização de canais de comercialização e integração vertical (Araujo Jr. e pereira, p.93).

## **Bibliografia**

ABREU, Marcelo de Paiva O Brasil na economia mundial (1929-1945), in HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1984, Vol. 11, pp. 10-49.

ALBUQUERQUE, Rui H. L. P. *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola*. São Paulo: Hucitec; CNPq, 1982. 168 p.

ARAÚJO Jr , José Tavares; PEREIRA, Vera M. Cândido. Teares sem lançadeira na Indústria Têxtil. In: IPEA. *Difusão de inovações na indústria brasileira*. Rio de Janeiro:PEA, 1976.Série Monográfica 24.

AURELIANO, Liana M. *No limiar da Industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 137 p.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV,1966. 315 p.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. 497 p.

BNB-SUDENE. *Oportunidades de investimento no Nordeste: indústria têxtil*. Fortaleza, [s/l],1976.

CANO, Wilson.. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981. 318 p.

CANO, Wilson . *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: GLOBAL/UNICAMP, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política, 1930-1945. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930. *Anais...* FGV/CPDOC – Editora da UNE, 1980. p. 112-187.

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina. *A Indústria Têxtil no Brasil*, 1982.

CFCE-Conselho Federal do Comércio Exterior. CETEX( Comissão Executiva Têxtil) . 1945. *Processo Número 1359*. Portaria 53-45 de 30 de julho de 1945

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. *O maquinista de algodão e o capital comercial*. Natal: Editora Universitária, 1987. 271 p.

---

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. Impacto urbano de uma base militar : a mobilização militar em Natal durante a 2ª Grande Guerra. *R IHGB*, Rio de Janeiro, a.162, n.412, 2001. p 103-128.

DRAIBE, Sônia M. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil- 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982. 248 p.

LUZ, Nícia Villela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1961, 224p.

MELO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.  
MOREIRA, Roberto. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PELAEZ, C.M. *História da Industrialização do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1972.p.  
SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos – 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. 488 p.

SIMOSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, EDUSP, 1973 .

STEIN JR., Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1974. 272 p.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.403 p.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e Industrialização no Brasil.Campinas*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1985.160 p.

UNIDO, *Reorientação da Indústria Têxtil no Brasil*, 1972

VILELA, Anibal V.; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1975. (Série Monográfica, n. 10).